

ATO DO CONSELHO DE PREFEITOS
Resolução nº 04/2016 de 25 de Janeiro de 2016

**REGULAMENTA OS CONCURSOS PÚBLICOS e
PROCESSOS SELETIVOS PARA ADMISSÃO DE
EMPREGADOS PÚBLICOS DE CARÁTER EFETIVO
DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO
INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO ALTO JACUÍ
(COMAJA)**

O Conselho de Prefeitos do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal dos Municípios do Alto Jacuí e Alto da Serra do Botucarai – COMAJA, em reunião realizada no dia 07 de dezembro de 2015, aprovou e o Presidente do Consórcio, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social

CONSIDERANDO a delegação de competência por parte da Assembléia Geral realizada em 09 de outubro de 2015, para que o Conselho de Prefeitos deliberasse sobre a criação do Regulamento de Concursos Públicos e Processos Seletivos do Consórcio,

Art. 1º - Esta RESOLUÇÃO regulamenta a aplicação dos Concursos Públicos e Processos Seletivos Públicos para Empregados Públicos do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO ALTO JACUÍ (COMAJA).

Art. 2º - Os concursos e processos seletivos serão sempre de provas ou de provas e títulos.

Art. 3º - O prazo de validade dos concursos e processos seletivos será de até 2 (dois) anos, prorrogáveis por mais 2 (dois) anos, a contar da homologação final.

Art. 4º - Quando o Consórcio realizar novo concurso ou processo seletivo, para empregos em que ainda houver candidatos a serem chamados de processo anterior e este estiver ainda dentro do prazo de validade, a nomeação dos aprovados somente poderá ser realizada após esgotada a lista de candidatos classificados ou a validade do processo anterior houver expirado.

Art. 5º - A aprovação em concurso ou processo seletivo não gera direito à nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades do Consórcio, respeitada a ordem de classificação.

Art. 6º - No processamento dos concursos e processos seletivos é imprescindível:

I - dar toda a publicidade, por meio de editais, das condições em que se realizarão;

II – que o edital de Inscrições será afixado no Pannel de Publicação do Consórcio Intermunicipal, e no sítio oficial junto a Internet, devendo ser publicado extrato do mesmo nos meios de comunicação existentes no Consórcio ou ainda em jornal de circulação regional;

III – que os demais editais deverão ser publicados junto ao Pannel de Publicação do Consórcio Intermunicipal, podendo, a critério da Secretaria Executiva ser publicados nos meios de comunicação disponíveis ao Consórcio Intermunicipal ou ainda em jornal de circulação regional;

IV - receber, indistintamente, a inscrição de todos quantos preenchem os requisitos legais e as exigências dos editais;

V - observar, em relação a todos os concorrentes, o mesmo processo de exame, a exigência do mesmo nível de conhecimentos e igual critério de julgamento;

VI - facilitar ao candidato, aprovado ou não, o conhecimento dos resultados que obteve, bem como, dos que forem conferidos aos demais concorrentes e do critério de julgamento adotado.

DO EDITAL E DA INSCRIÇÃO

Art. 7º - O Edital de inscrições será elaborado com observância da legislação em vigor concernente às especificações dos empregos públicos visados e aos sistemas dos concursos.

Art. 8º - Para as inscrições no concurso ou processo seletivo, serão observadas as qualificações fixadas nas respectivas especificações.

Art. 9º - O Edital de abertura das inscrições conterá:

I - as datas de abertura e encerramento das inscrições, bem como a forma, o local e horário em que as mesmas serão recebidas;

II - os requisitos a serem preenchidos pelos candidatos no ato da inscrição e no ato da posse;

III - o número de vagas abertas para o emprego;

IV - o limite de idade, de acordo com as disposições legais;

V - a síntese dos deveres e/ou atribuições que o candidato deverá assumir uma vez investido no emprego;

VI - os programas das matérias sobre as quais versarão as provas e os critérios de apuração do resultado de cada uma delas, a indicação dos títulos que por sua natureza serão apreciados, se for o caso, bem como a forma de aplicação da prova prática ou outro tipo de prova a ser aplicada, se for o caso;

VII - o peso de cada prova ou nota mínima que o candidato deve alcançar para sua aprovação;

VIII - a forma de apuração do resultado final;

IX - os prazos e condições para os recursos;

X - os critérios de desempate, se houver necessidade;

XI - quaisquer outras exigências que devam ser atendidas pelos candidatos ou informações que se fizerem necessários à boa ordenação do concurso.

Art. 10 – O Consórcio Intermunicipal poderá a qualquer tempo modificar os termos do Edital, desde que comunique a alteração através de novo Edital, observada a mesma publicidade utilizada.

Parágrafo único – Se a alteração do Edital relacionar-se com o programa ou outra condição essencial do concurso, deverá ser reaberto o prazo de inscrição dos candidatos.

Art. 11 - O prazo de inscrição não será inferior a 15 (quinze) nem superior a 30 (trinta) dias.

Art. 12 - O pedido de inscrição será formulado dentro do prazo marcado por Edital e constará do preenchimento de uma ficha de inscrição, a qual conterá, além dos dados pessoais do candidato outros dados importantes fixados no Edital de Inscrição, sendo que no ato de efetivação da mesma o candidato receberá protocolo de inscrição ou cartão de identificação.

Parágrafo único - As inscrições também poderão ser realizadas via internet, de acordo com o disciplinado no mesmo Edital.

Art. 13 - Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição condicional ou fornecimento parcial de documentos exigidos no Edital de Inscrições.

Art. 14 - O pedido de inscrição significará a aceitação pelo candidato das normas estabelecidas por este regulamento para o concurso ou processo seletivo respectivo.

Art. 15 - A inscrição por procuração será permitida, nas condições estabelecidas pelo edital de inscrições, desde que haja a apresentação dos documentos indispensáveis à inscrição e a devida identificação do procurador.

Parágrafo único - É obrigação do candidato ou seu procurador conferir as informações contidas na Ficha de Inscrição, bem como tomar conhecimento do local, data e horário de realização de cada etapa do Concurso Público.

Art. 16 - Decorrido o prazo de inscrição, havendo inscrições indeferidas, será aberto prazo para interposição de recurso, conforme determinado no capítulo DOS RECURSOS.

Parágrafo único - As inscrições feitas pela internet, terão seus dados sob responsabilidade exclusiva do candidato, ficando o candidato excluído do concurso, quando da nomeação, se não apresentar as condições e exigências determinadas pelo edital de inscrições.

DA DESIGNAÇÃO DAS COMISSÕES

Art. 17 - O Presidente do Conselho de Prefeitos designará, por Portaria, a Comissão Executora do Concurso Público ou Processo Seletivo, a ser constituída de pessoas de indiscutível idoneidade moral e bom grau de escolaridade, devendo estas, serem recrutadas no quadro de empregados do Consórcio Intermunicipal, e/ou através de requisição de servidores municipais dos entes consorciados.

Art. 18 – Alternativamente esta Comissão poderá ser constituída por empresa contratada para a execução do concurso público, com o devido registro junto ao Conselho Regional de Administração - CRA – dispensada a emissão de Portaria específica, pois vincular-se-á com a Portaria que determinou a licitação ou a contratação direta (se for o caso) e o termo de contrato assinado.

Art. 19 – Será também nomeada por Portaria, Comissão de Coordenação e Fiscalização, que será dirigida pela equipe da Secretaria Executiva, será constituída de empregados do Consórcio Intermunicipal e/ou servidores públicos municipais requisitados dos entes consorciados, de indiscutível idoneidade moral e grau de escolaridade compatível, os quais poderão contar com a colaboração de equipe de consultoria jurídica.

Parágrafo único - Esta Comissão tem por objetivo coordenar e fiscalizar o trabalho da Comissão Executora e auxiliar em todo o processo do concurso ou processo seletivo.

Art. 20 - À Comissão Executora compete planejar e executar todas as tarefas necessárias à realização do concurso ou processo seletivo, especialmente:

I - elaborar o Edital de inscrições que regulará o concurso ou processo seletivo, bem como o plano das provas e os programas das matérias;

II - receber as inscrições do concurso ou processo seletivo, ou efetuar a conferência de cada inscrição recebida para homologação ou indeferimento;

III - elaborar as provas objetivas de concurso público ou processo seletivo, através de banca devidamente graduada, comprometendo-se com o absoluto sigilo das mesmas;

IV - providenciar a impressão dos cadernos de provas, bem como designar banca para aplicação das mesmas;

V - estabelecer o critério de correção e julgamento das provas;

VI - fazer a correção das provas escritas, pontuação de provas práticas e de títulos ou outras que houverem, em conformidade com os critérios preestabelecidos;

VII - fazer reexame de provas, sempre que houver pedido de revisão, sugerindo justificadamente, a manutenção ou alteração dos pontos primitivamente conferidos, submetendo seu parecer à decisão do Prefeito Municipal;

VIII - emitir parecer em qualquer recurso ou reclamação, interpostos por candidatos.

IX - providenciar o mapeamento do local das provas, bem como a nominata de candidatos para afixar em cada sala de provas, e ainda, lista de presença;

X - propiciar treinamento aos fiscais encarregados dos trabalhos de provas;

XI - providenciar demais atos administrativos necessários;

XII - montar dossiê, contemplando todos os atos, cronologicamente, relacionados ao concurso público ou processo seletivo.

Art. 21 - À Comissão Executora e à de Coordenação e Fiscalização é vedado, sob qualquer forma revelar, até o momento em que forem apresentados aos candidatos, os temas constitutivos das provas.

Art. 22 - O pessoal encarregado do recebimento das inscrições, bem como da fiscalização das provas, quando não fizer parte da própria Comissão Executora, deverá ser nomeado por portaria.

DAS PROVAS

Art. 23 - As provas serão realizadas em local dia e hora fixados no Edital de Inscrições ou fixados em novo Edital, que será publicado e divulgado segundo os mesmos critérios, com a antecedência mínima de oito (8) dias.

§ único - Deverá ser observado o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias entre o término do período de inscrições e a data de realização das provas.

Art. 24 - Quando as provas forem realizadas em mais de um dia, o local, dia e hora das provas seguintes poderão ser comunicados aos candidatos por ocasião da realização de cada prova anterior, dispensando o aviso público.

Art. 25 - No dia, hora e local aprazados para a realização das provas, os candidatos deverão apresentar-se munidos de cartão de identificação, documento de identidade e outros documentos que tenham sido fixados no Edital de Inscrição.

Art. 26 - O candidato deverá exibir seu documento de identificação antes de cada prova e outros documentos fixados no Edital, sob pena de ser considerado ausente.

Art. 27 - A juízo da Comissão Executora, poderá ser suprida a falta do documento de identificação por identidade policial, militar ou outra devidamente reconhecida, desde que o nome do candidato conste da lista de inscrições homologadas.

Art. 28 - Serão excluídos do recinto da realização das provas, pelos responsáveis pela aplicação da prova, o candidato que tiver atitude de desacato, desrespeito ou descortesia com qualquer observador da prova ou autoridade presente.

§ único - Idêntica sanção será aplicada ao candidato que, durante o processamento de qualquer prova, for surpreendido em flagrante de comunicação com outro candidato, por gestos, verbalmente ou por escrito, bem como utilizando-se de livros, notas ou impressos, ou materiais, salvo os expressamente permitidos por Edital.

Art. 29 - Em qualquer das hipóteses do artigo anterior, será lavrado circunstanciado auto de apreensão de prova e exclusão do candidato, onde se narrará o fato, com seus pormenores, devendo ser assinado por, no mínimo 02 (dois) fiscais de prova.

§ único - O auto, mencionado neste artigo, ficará apensado à prova apreendida, devendo tomar ciência as comissões designadas para o concurso público.

Art. 30 - Feita a identificação dos candidatos, serão os mesmos, a critério da Comissão Executora, distribuídos pelos recintos onde se realizarão as provas.

Art. 31 - Antes de se iniciarem os trabalhos, os membros da Comissão Executora ou os fiscais da sala, farão os esclarecimentos e advertências a serem observadas pelos candidatos durante as provas, objetivando, principalmente, impedir conversas, consultas ou quaisquer expedientes de que tentem se utilizar os candidatos para troca de opiniões.

Art. 32 - A prova de títulos, quando for necessária sua utilização, será disciplinada no Edital de Inscrições e valerá, até o máximo de **5 % (cinco por cento)**, do total de pontos da prova escrita e será somada à média obtida na prova escrita e outras provas aplicadas ao emprego.

Art. 33 - Quando da correção das provas, realizada **seja por meio manual, seja através de processamento eletrônico (leitura ótica)**, o sigilo quanto à identidade dos concursandos deverá ser assegurado adotando-se o processo de desidentificação das provas.

§ 1º - O processo de desidentificação das provas será realizado apondo-se o mesmo número na prova ou cartão de respostas e no canhoto de identificação preenchido pelo candidato.

§ 2º - Os canhotos serão guardados em invólucros lacrados, nos quais será permitido aos candidatos deixar sinal garantidor de sua inviolabilidade.

§ 3º - O Presidente da Comissão de Concurso ou Processo Seletivo providenciará sua guarda e só permitirá a respectiva abertura na sessão pública de identificação.

§ 4º - A nota será lançada, antes do trabalho de identificação, que se fará em sessão pública.

§ 5º - Será anulada a prova que apresentar sinal ou contiver expressão que possibilitem a sua identificação.

§ 6º - Este processo será aplicado, mesmo nos casos em que forem utilizados cartões de respostas para leitura ótica e correção eletrônica computadorizada.

Art. 34 - Fica expressamente vedado aos candidatos, no recinto de vista das provas e durante o processamento desse trabalho, estabelecerem discussões orais em torno das questões ou critérios de correção e julgamento, bem como, formularem reclamações sobre tais assuntos aos servidores encarregados do aludido serviço.

Art. 35 - O candidato, ao terminar a prova objetiva, devolverá ao fiscal da sala, juntamente com a grade de respostas, o caderno de questões, tendo em vista a obrigatoriedade de arquivo junto ao Consórcio Intermunicipal.

Art. 36 - Ao final das provas escritas, os últimos candidatos, conforme definido no Edital, deverão permanecer no recinto, a fim de assinar o lacre do envelope das provas juntamente com os fiscais, sendo liberados quando todos as tiverem concluído.

Art. 37 - Nas provas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Consórcio ou da entidade que realiza o certame, poderá ser procedida, a critério da fiscalização, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los.

DOS RECURSOS

Art. 38 - Decorrido o prazo de inscrição, havendo inscrições indeferidas, será aberto prazo de 3 (três) dias úteis, para interposição de recursos, quando serão examinados os pedidos pelo órgão executor do concurso e divulgado seu resultado antes da realização das provas escritas.

Art. 39 - Após a publicação das notas das provas aplicadas, será facultado aos candidatos a interposição de recursos para revisão de provas, num prazo de 03 (três) dias úteis.

§ 1º - Fica facultada a abertura de prazo para interposição de recursos quando da divulgação do gabarito oficial, a critério da Comissão Executora.

§ 2º - A interposição de recursos só será feita através de requerimento fundamentado, dirigido à Comissão Executora, que emitirá parecer sobre a decisão.

§ 3º - Ocorrendo a anulação de qualquer questão, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.

Art. 40 - Os prazos para interposição de recursos serão sempre peremptórios.

Art. 41 - Qualquer interposição de recursos deverá dar entrada no Protocolo do Consórcio Intermunicipal ou em outro local designado, dentro do prazo legal, mediante recibo fornecido pelo agente recebedor.

Art. 42 - Nos recursos interpostos deverão constar a matéria da prova e a questão ou questões impugnadas, bem como as razões do pedido, fundamentadamente.

Art. 43 - Para todas as provas em que o candidato impetrar recurso, este deverá ser fundamentado, razão pela qual, simples pedidos de revisão de prova não serão conhecidos.

Art. 44 - Só será deferido o requerimento se o candidato comprovar que houve erro da Comissão Executora ou atribuição de notas diferentes para soluções iguais.

Art. 45 - Não será conhecido o recurso que for interposto fora de prazo ou que não estiver redigido de acordo as disposições ora regulamentadas.

Art. 46 - Para fins de fundamentação do pedido de recurso, será informado por edital ou na data da prova escrita, data própria para os candidatos interessados terem vista da prova padrão, sob fiscalização.

Art. 47 - Para recurso relativo à Prova Prática da Função, Prova de Títulos ou outra modalidade de prova utilizada, aplicam-se as normas supra referenciadas.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 - Concluídas todas as provas do concurso ou processo seletivo e decorridos os prazos de recurso ou despachos os que houverem sido impetrados, será procedida a apuração final do certame, com os devidos desempates, se verificadas notas iguais, pelos critérios a serem definidos pelo Edital.

Art. 49 - Feita a classificação dos candidatos, será submetida à homologação do Presidente do Conselho de Prefeitos.

Art. 50 - Homologado o resultado final do concurso ou processo seletivo, será lançado Edital com a classificação geral dos candidatos aprovados.

Art. 51 - Para fins de nomeação dos candidatos aprovados, será obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Art. 52 - O Departamento Administrativo do Consórcio Intermunicipal providenciará na expedição de atestado ou certificado de habilitação aos candidatos aprovados que o solicitarem.

Art. 53 - Este Regulamento entrará em vigor a partir de sua publicação.

Art. 54 – Revogam-se as disposições em contrário.

Ibirubá, RS, 25 de Janeiro de 2016.

IRENEU ORTH
Presidente

VOLNEI SCHNEIDER
Advogado – OAB.RS 34.861

JOÃO ERNESTO JUNG SCHEMMER
Secretário Executivo

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

GUSTAVO PEUKERT STOLTE
Diretor Administrativo